

DISCURSO E AÇÃO FEMININA NA TRAGÉDIA: OS LIMITES E ENFRENTAMENTOS DAS MULHERES.

Eixo Temático A arte e as suas Manifestações: Navegando entre as Diferenças, Corpo(S), Gênero(S) e Sexualidade(S)

Darcylene Pereira Domingues ¹
Jussemar Weiss Gonçalves ²

RESUMO

O presente trabalho tem por intenção debruçar-se sobre uma fonte histórica produzida no século V a.C, especificamente na cidade de Atenas, a tragédia. Nesse sentido, a nossa interpretação foi fundamentada a partir de uma problemática que utiliza a categoria de gênero para realização de uma leitura específica dessa fonte. Além disso, decidimos utilizar esse conceito pois a sociedade clássica apresenta uma organização social e política que evidencia o masculino e atitudes referentes ao seu espaço, ou seja, o comum. Contudo, quando interpretamos profundamente a tragédia podemos observar que de alguma forma ela permite quebrar uma visão monocromática que reduz tudo a um antagonismo visceral.

Palavras-chave: tragédia; gênero; feminino.

INTRODUÇÃO

A tragédia grega surge num contexto específico de desenvolvimento da *pólis*, por isso está intimamente conectada com essa formação social, que nesse momento, não mais deposita o poder em torno do palácio real. A *pólis* se realiza justamente na *ágora*, um espaço comum no qual são debatidos os problemas de interesse coletivo, e conseqüentemente “a política toma por sua vez forma de *ágon*: uma disputa oratória, um combate de argumentos cujo teatro é a *ágora*, praça pública, lugar de reunião” (VERNANT, 1984, p. 32). O antigo sistema político aristocrático é substituído por uma

¹ Graduanda do Curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande- FURG; darcylenedomingues@gmail.com

² Professor Doutor Jussemar Weiss Gonçalves na Universidade Federal de Rio Grande – FURG; jussweiss@hotmail.com

elite que participa das lutas populares criando as condições para um regime *isonômico*, assim observa-se a dissolução do poder absoluto e a formação de novas estruturas de poder visualmente horizontalizadas.

Somando-se a publicidade da palavra e o aparecimento do pensamento filosófico, a valorização do elemento deliberativo passou a ser um instrumento de comunicação e persuasão como nos demonstra Gonçalves “o *logos* não era termo ritual ou fórmula justa. Era persuasão construída através de um jogo dialógico” (GONÇALVES, 2008, p. 67). Nesse sentido, a *pólis* se tornou apreciadora e até mesmo financiadora de manifestações sociais e artísticas realizadas pela força da palavra em local de domínio público. Assim, as condições que favoreceriam o aparecimento da tragédia se estabeleceram e segundo Vernant (1984) eram representadas pela luta entre duas justiças: *diké* o agonizante mundo mítico e o efervescente mundo racionalista da *pólis*. Dessa forma, “coube à tragédia, sob esta perspectiva reorganizar as experiências e dar sentido ao mundo vivido, repensar os problemas da comunidade ateniense e representá-los em uma nova dimensão ética e política” (MARSHALL, 2000, p. 35). É preciso lembrar que a tragédia está ligada a um tipo de convivência específica na *pólis*, uma forma inaugurada pelos gregos entre os séculos VIII e VII a.C., favorecendo segundo Vernant “uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos de poder” (VERNANT, 1984, p. 34). Assim sendo, a palavra, *peithó*, a força da persuasão, se torna instrumento político no meio social largamente utilizado, principalmente em Atenas, a cidade das palavras “*logopolis*” (GOLDHILL, 1986, p. 57). Consequentemente, as manifestações sociais e artísticas são realizadas pela força da palavra e a *pólis* só existiria devido às instituições de domínio público, como por exemplo, a *ágora*, as assembleias e o teatro.

Visando à manutenção desse sistema *políade*, para além da oralidade, outras estéticas eram construídas, esse é o caso das tragédias gregas, que eram escritas para o teatro, que se apresentou como um espaço que viabilizava uma encenação das práticas necessárias ao convívio humano. A tragédia se torna produto e produtora de uma realidade *isonômica*, elemento fundamental para o exercício da palavra, já que expressa a concretização do universo do diálogo. Na verdade, ela se torna elemento fundamental para a realidade *isonômica* pois introduz os cidadãos em uma forma mental necessária a este tipo de convívio. O reconhecimento da importância na elaboração das decisões da palavra de um na ação de outro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

E ao nos debruçarmos a respeito desse processo de formação, visualizamos uma distinção muito específica entre o masculino e o feminino. Os homens eram educados para o convívio na esfera pública, diferentemente das mulheres, uma vez que suas atividades se realizavam a partir do exercício da palavra, e por isso eram iniciados nessa prática por outros homens. O caso de Coriolano, um jovem criado somente pela mãe, é um exemplo claro do que foi aludido, pois “*a paidéia* paterna teria conseguido o melhor de sua força de caráter e da sua energia” (LORAUX, 1994, p. 21). A formação que as mulheres recebem, é integrante da masculina, desse modo observamos uma preparação para o casamento e a maternidade, pois segundo Loraux “A mulher só realiza o seu *télos* (o seu objetivo) quando dá à luz e, embora não haja cidadania ateniense no feminino a maternidade tem pelo menos o estatuto de atividade cívica” (LORAUX, 1994, p. 17). Logo, o feminino participa da cidade por meio dos seus filhos legítimos, assegurados através das relações de parentesco, e não por meio de uma produção discursiva intelectual e política, como o homem. Entretanto, no transcorrer das tragédias as personagens demonstram domínio sobre a sua capacidade de intervenção no universo masculino, a partir de um ponto de vista singular e próprio, o que é personificado na sua ação.

A medida que notamos que a tragédia nos fornece de forma clara a construção de um mundo no qual homens e mulheres ocupam espaços diferenciados e hierarquicamente determinados optamos por uma análise a partir da perspectiva de gênero. Entendemos a categoria de gênero como algo relevante devido às construções sociais que foram determinadas historicamente para cada sexo, como nos demonstra Scott “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 86), assim são construídas e representadas social e historicamente. Dessa forma, o gênero se realiza socialmente a partir de um terreno, no qual, ele se manifesta, nesse caso as relações de parentesco marcadamente androcêntricas. Gênero é um produto de um determinado tipo de relação, que segundo Butler perpetua as regras do parentesco, portanto, “ambas as posições, masculina e

feminina, são instituídas por meio de leis proibitivas que produzem gêneros culturalmente inteligíveis” (BUTLER, 2018, p. 61).

Quando nos destinamos, especificamente, a tratar da temática de gênero em História antiga, percebemos que as autoras primeiramente dedicaram-se a observar o feminino na sua individualidade, posto que historiograficamente as produções, em sua grande maioria, focavam na questão política, portanto marcadamente masculina. Por esse ângulo, essas historiadoras ao realizarem suas pesquisas ambicionavam enfatizar um novo olhar sobre a sociedade, assim podemos citar os clássicos: Claude Mosse (1990) emprega o conceito de “clube de homens” para se referir a *pólis*, Sarah Pomeroy (1987) que analisa detalhadamente as categorias que eram restritas ao feminino e Nicole Loureaux que discutiu temáticas a respeito do feminino na tragédia, nas orações fúnebres e na democracia ateniense. Num primeiro momento, essa produção historiográfica destinava-se a dar visibilidade a um feminino que era, muitas vezes, colocado como pertencente restritamente ao *gineuceu*, assim não participando da história.

Esses escritos impulsionados pelo movimento feminista e posteriormente pela categoria de gênero desenvolvida a partir das discussões de Joan Scott se ampliam e novas temáticas envolvendo sexualidade e o espaço privado emergem. Neste sentido, temáticas como os sentimentos e as relações de parentesco se tornam problemas de pesquisa no interior do *métier* das pesquisas em História antiga. Sendo assim, essa produção, evidentemente feminina, a respeito da temática, ganha um corpus teórico mais alargado, retirando a mulher do silêncio da historiografia. Ao realizarmos uma pesquisa de gênero, no período da antiguidade, devemos ter cuidado na construção da problemática.

Sendo assim, não devemos projetar categorias contemporâneas e essencialmente avaliações morais, como amor, sexualidade e erotismo, para o passado, pois estamos utilizando concepções atuais para classificar indivíduos temporalmente muito distantes de nós. Além disso, segundo Boehringer (2011), uma peculiaridade de nossa sociedade ocidental contemporânea é olhar as relações eróticas e românticas, e distinguir as relações com base no sexo da pessoa amada, opondo homossexualidade à heterossexualidade, sendo o último considerado normal e natural. Logo, associamos a questão da identidade de gênero a uma identidade de orientação sexual de forma errônea.

Nessa perspectiva, a categoria de gênero está intimamente conectada com as relações de parentesco, pois são justamente essas relações ou regras parentais que retroalimentam as distinções entre homens e mulheres. É a partir das regulações sociais/parentais impostas culturalmente que as relações de gênero se concretizam, naturalizando-se assim as desigualdades. A partir da nossa interpretação, afirmamos que a utilização da categoria de gênero para análise da fonte é decorrente de um ponto de vista das leituras realizadas e das interpretações que respaldam nossas observações, uma vez que visualizamos nessas trocas familiares, marcadamente androcêntricas, a manutenção de um tipo de sociedade como nos demonstra Vernant (1992) “da união de um homem e uma mulher, a *engúe* faz um ato social que supera a pessoa dos dois indivíduos em questão para engajar, através deles, dois lares, duas “casas” (VERNANT, 1992, p. 48). Neste sentido, o feminino é uma posse do masculino, que ao realizar um laço com outro masculino, efetiva uma união denominada casamento, por meio do trânsito/tráfico da mulher. Sendo assim, as relações de parentesco são afirmadas, sobretudo, a partir da figura masculina, que utiliza-se do feminino para assegurar esses vínculos sociais por meio do casamento, uma instituição reconhecida pela *pólis*. Logo, o casamento é uma forma de manter as relações de parentesco cimentadas e dentro de um *oikos* específico e escolhido, como nos demonstra Rubin “nas sociedades pré-estatais, o parentesco é muitas vezes a linguagem da interação social, organizando as atividades econômicas, políticas e cerimoniais, bem como as sexuais” (RUBUIN, 2017, p. 21). Assim, estar incluído ou excluído de uma relação de parentesco demonstra os privilégios e as responsabilidades de uma pessoa para com a outra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fizemos uma trajetória no texto que buscou mostrar como as relações de gênero se edificam em meio a um tipo de relações de parentesco definidas por práticas heterossexuais. São no interior dessas relações que mulheres e homens tornam-se seres culturais, sociais apreende, a dizer de si, a expressar sua compreensão de mundo. Estamos sempre mergulhados em experiências compartilhadas que são experiências culturais.

Assim compreendida a obra teatral adquire uma dimensão a partir da qual a sociedade ateniense se torna presente na própria obra. Presente na medida em que a tragédia é, antes de tudo teatro e, portanto, dialogando com os problemas reais da



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

cidade. O teatro articula-se à cidade, como a cidade ao teatro através de uma mediação crítica que viabiliza a cidade pensar-se. Este trabalho que o teatro faz em meio a uma cidade na qual a palavra é instrumento de poder, já que, a *isegoria* é franqueada a todos os cidadãos, permite que os cidadãos enquanto espectadores revejam suas ações, dialoguem com a crise, visando a construção de uma saída. Não há tragédia sem a *isegoria* ateniense, pois é ela que dá sentido à tessitura do texto. O texto trágico se realiza na encenação que projeta a cidade para uma outra dimensão. Esta dimensão que torna possível a encenação, ao jogo do faz de conta que instaura a possibilidade de levar a ação humana para um território no qual a cidade pode ser vista, observada e, por fim criticada.

REFERÊNCIAS

BOEHRINGER, Sandra. **Le Genre dans et pour L’histoire**. Paris: Armando Colin, 2011.

BUTLER, Judith. **O clamor de Antiga**: parentesco entre a vida e a morte. Tradução de André Cechinel. Florianópolis: UFSC, 2014.

GOLDHILL, Simon. **Amor, sexo & tragédia**: como os gregos e romanos influenciaram nossas vidas até hoje. Tradução de Cláudio Bardella. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1986.

GONÇALVES, Jussemar Weiss. Paidéia e Politéia em Aristóteles. **Biblos**, Rio Grande, n. 16, p. 167-175, 2008.

LORAUX, Nicole. **As mães de luto**. Tradução de Cristina Pimentel. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

MARSHALL, Francisco. **Édipo Tirano: a tragédia do saber**. Porto Alegre: Ed Universidade UFRGS, 2000.

MOSSE, Claude. **La mujer en la Grecia clásica**. Tradução de Celia María Sánchez. Madrid: NEREA, 1990.

POMEROY, Sarah. B. **Diosas, rameras, esposas y esclavas**: mujeres en la antigüedad clásica. Madrid: Akal, 1987.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, p. 71-99, 1990. Disponível em:



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade.

<[https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%](https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAAnero-Joan%20Scott.pdf)

AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 7 fevereiro 2014.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. 4. ed. São Paulo: Dipel, 1984.

_____. **Mito e Religião na Grécia antiga**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1992.